

# RAÇA E A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL OU ONDE ESTÁ A RAÇA NOS DEBATES AGRÁRIOS BRASILEIROS?<sup>1</sup>

Ricardo Braga Brito<sup>2</sup>

 <https://orcid.org/0000-0002-0220-7377>

Igor Thiago Silva de Sousa<sup>3</sup>

 <https://orcid.org/0000-0002-6283-1307>

## RESUMO

A fim de revisitar a questão agrária brasileira, este artigo exploratório elabora uma perspectiva centrada nas discussões de raça, indica lacunas e sugere potencialidades críticas para a análise e futuras pesquisas e publicações. Ao entender a questão agrária como conceito discursivo e dinâmico, constituído a partir de disputas coletivas por definição de problemas e formas de intervenção, observamos a recorrência de hierarquizações raciais e situações de colonialismo interno que impõem um modelo de sujeito opaco e único do campo, bem como formas de resistência que questionam esse postulado. Identificamos que as formas de hierarquização, controle, subjugação e extermínio de populações racializadas estão presentes nas narrativas hegemônicas de desenvolvimento econômico, social e político, constituídas como meios de subjugação de populações desenraizadas e sistematicamente despossuídas de seus meios de reprodução social. As transformações da *plantation* e seu fundamento de violência reatualizam a desqualificação dos povos do campo, das águas e das florestas e seus modos de vida, consolidando a imagem moderna da agricultura economicamente viável, lucrativa e integrada que recria violências e esquemas de *continuum* racial. Contudo, também se observam práticas e formas de resistência que têm sistematicamente demonstrado que a clivagem racial é elemento central de organização, elaboração política e formas de vida na terra.

Palavras-chave: Questão Agrária. Raça. Colonialismo Interno. Capitalismo Racial.

## RACE AND THE AGRARIAN QUESTION IN BRAZIL, OR WHERE IS RACE IN BRAZILIAN AGRARIAN DEBATES?

## ABSTRACT

To revisit the Brazilian agrarian question, this exploratory article develops a perspective centered on discussions of race, indicates gaps, and suggests critical potential for analysis and future research and publications. By understanding the agrarian question as a discursive and dynamic concept, constituted from collective disputes over the definition of problems and forms of intervention, we observe the recurrence of racial hierarchies and situations of internal colonialism that impose an opaque and singular model of the rural subject, as well as forms of resistance that question this postulate. We identify that forms of hierarchization, control, subjugation, and extermination of racialized populations are present in hegemonic narratives of economic, social, and political development, constituted as means of subjugating uprooted populations systematically dispossessed of their means of social reproduction. The transformations of the plantation system and its foundation of violence

<sup>1</sup> Agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e ao Maria Sibylla Merian Centre Conviviality-Inequality in Latin America (Mecila) pelo auxílio prestado à realização do presente trabalho.

<sup>2</sup> Doutor pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). Atualmente é pesquisador de pós-doutorado na mesma instituição e membro da Comissão Camponesa da Verdade (CCV) e do Collective of Agrarian Scholar-Activists from the South (Casas).

<sup>3</sup> Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2022), mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (2016) e graduado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Maranhão (2013). É membro do Laboratório de Sociologia Não-Exemplar (UFRRJ) e Collective of Agrarian Scholar-Activists from the South (Casas). Atualmente é bolsista de pós-doutorado nota 10 pela Faperj no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ).

re-enact the devaluation of rural, water-dwelling, and forest-dwelling peoples and their ways of life, consolidating the modern image of economically viable, profitable, and integrated agriculture that recreates violence and patterns of racial continuum. However, practices and forms of resistance have also been observed that have systematically demonstrated that racial division is a central element of organization, political elaboration, and ways of life on the land.

Keywords: Agrarian Question. Race. Internal Colonialism. Racial Capitalism.

## LA RAZA Y LA CUESTIÓN AGRARIA EN BRASIL, O ¿DÓNDE ESTÁ LA RAZA EN LOS DEBATES AGRARIOS BRASILEÑOS?

### RESUMEN

Con el fin de revisar la cuestión agraria brasileña, este artículo exploratorio desarrolla una perspectiva centrada en las discusiones sobre la raza, señala lagunas y sugiere un potencial crítico para el análisis, la investigación y las publicaciones futuras. Al comprender la cuestión agraria como un concepto discursivo y dinámico, constituido a partir de disputas colectivas sobre la definición de problemas y formas de intervención, observamos la recurrencia de jerarquías raciales y situaciones de colonialismo interno que imponen un modelo opaco y singular del sujeto rural, así como formas de resistencia que cuestionan este postulado. Identificamos que las formas de jerarquización, control, subyugación y exterminio de las poblaciones racializadas están presentes en las narrativas hegemónicas de desarrollo económico, social y político, constituidas como medios para subyugar a las poblaciones desarraigadas, sistemáticamente desposeídas de sus medios de reproducción social. Las transformaciones del sistema de plantaciones y su base de violencia refuerzan la devaluación de los pueblos rurales, que habitan en el agua y los bosques, y sus formas de vida, consolidando la imagen moderna de una agricultura económicamente viable, rentable e integrada que recrea la violencia y los patrones de continuidad racial. Sin embargo, también se han observado prácticas y formas de resistencia que han demostrado sistemáticamente que la división racial es un elemento central de la organización, la elaboración política y las formas de vida en el campo.

Palabras clave: Cuestión Agraria. Raza. Colonialismo Interno. Capitalismo Racial.

### INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta uma contribuição exploratória que busca mapear ausências e vislumbrar possibilidades futuras de pesquisa. A partir de uma chave teórico-analítica que toma como fundamentais as clivagens raciais, iremos discutir e revisitar algumas análises dos estudos agrários brasileiros. A seguir discutiremos categorias-chave na análise da questão agrária nacional, mobilizando teorias capazes de evidenciar os aspectos raciais das interpretações e argumentações, mesmo quando raça não é um tópico explícito. Para isso, apontamos como os diferentes atores sociais constroem suas interpretações sobre a questão agrária, disputando significados e formas de intervenção.

A gênese conceitual da questão agrária é marcada pelas discussões sobre as formas de transformação e acumulação capitalistas em diferentes contextos nacionais, suas formas de configuração do desenvolvimento das forças e relações de produção e suas implicações nas resistências aos imperativos que marginalizam a produção de populações rurais e suas condições de

existência. Akram-Lodhi e Kay (2010a, 2010b) e Watts (2021) destacam nos trabalhos clássicos e contemporâneos desse tema os modos pelos quais as relações sociais de produção capitalista podem, e chegam, a dominar a agricultura, alterando modos anteriores de produção e propriedade que passam a ser considerados como insustentáveis, frequentemente advogando uma análise de transição produtiva. No centro das questões colocadas por esses autores está a compreensão das lógicas e imperativos da acumulação capitalista que marginalizam as produções e condições de existência das populações camponesas, levando-as, ou não, a resistir. Desse modo, as análises tendem a olhar para as tendências e processos de dominação e subordinação em meio às transformações das relações sociais nas áreas rurais.

No interior de seu paradigma clássico, a força lógica do imperativo de acumulação capitalista estabelece a questão agrária enquanto consolidação do capital sobre o campo e seus modos de vida, identificando um processo de mudança marcado pela alteração das formas de trabalho, expansão, mecanização, *commodificação* e especialização da produção agrícola. Linhares e Silva (1999) evidenciam uma disputa nesse debate sobre o lugar da agricultura no desenvolvimento capitalista e o papel histórico do campesinato, distinguindo entre descampesinistas e campesinistas. Os primeiros interpretam como inevitável a proletarianização do campesinato, ou seja, sua transformação em trabalhadores e a perda de práticas e modos de vida, identificando essa perspectiva com o paradigma clássico da questão agrária. Em contraste, o conjunto de autores/as e atores/as campesinistas observa a permanência e a persistência da forma familiar de produção camponesa.

Esse debate assumiu contornos distintos e tensões sobre a agência e formas de resistência do campesinato e sua unidade familiar nas disputas por projetos de sociedade e significados de sua modernização. Apontam-se, ainda, sua participação ativa ou tutelada em revoluções, a busca por autonomia política e produtiva, sua resistência a processos de proletarianização e diferentes projetos impostos que buscavam ordenar seus modos de organização, existência e produção, entre outras questões que ainda atravessam e constituem a questão agrária. Com relação ao debate atual, Akram-Lodhi e Kay (2010b) sinalizam três problemáticas: “acumulação”, ou como a agricultura é capaz de suprir o mais-valor através da produção de alimentos e não-alimentos e, desse modo, torná-lo apropriável pela industrialização; “produção”, ou o modo como o capitalismo se desenvolve no campo, identificando formas de trabalho e expropriação; “política”, ou as formas de organização e articulação de grupos camponeses em busca de justiça social e emancipação humana, e seus impactos na transformação social, econômica e política.

De forma esquemática, podemos sintetizar que boa parte da tradição de análise da questão agrária se centra na apreensão da relação conflitiva entre capital e trabalho, entendendo terra e trabalho enquanto fatores produtivos, variando as direções e intensidades dadas ao desenvolvimento de cada um. A seguir iremos destacar alguns textos e/ou autores/as considerados emblemáticos da

questão agrária nacional, confrontando os termos estabelecidos para o debate. Nossa crítica busca, desse modo, contribuir para uma ampliação compreensiva da questão agrária a partir de dois eixos: apontando os aspectos políticos envolvidos em seu processo de realização dinâmica e estrutural e sua definição heurística; indicando os fundamentos raciais ocultos no interior dos conceitos e análises. Para isso, mobilizamos os conceitos de capitalismo racial (Robinson, 2023) e de colonialismo interno (González Casanova, 2007, 2015; Blauner, 1972; Cusicanqui, 2010, 2021) para sinalizar a centralidade do racial como elemento conformador dos termos estabelecidos no debate e na crítica da questão agrária.

## AGRICULTURA ESVAZIADA E ESPETACULAR

A avaliação de Navarro (2016, 2021) sobre a resolução da questão agrária nacional é significativa para compreendermos a definição sintética apresentada anteriormente. O autor indica um processo de inflexão histórica, observando uma nova dinâmica que rompe e altera as tendências e processos históricos anteriores. Sua análise repete certos temas e proposições indicadas a partir da discussão teórica sobre a questão agrária, observando um processo de transição: “a passagem do antigo Brasil agrário para um novo Brasil agrícola, assim sugerindo um intenso processo de ‘des-agrarianização’ da vida social (e da produção) nas regiões rurais” (Navarro, 2016, p. 26). Sob a hegemonia do capital financeiro na agricultura brasileira, a transição para os novos padrões de acumulação de capital e produção agrícola se inicia nos anos 1970 e se consolida nos anos 1990. Nesse processo, a resolução tecnológica da “oferta ilimitada de trabalho” e a baixa produtividade estabelecem uma “agricultura socialmente esvaziada, ainda que economicamente espetacular” (Navarro, 2016, p. 56). Essa nova produção e esse “novo” Brasil apontam para as vinculações às cadeias produtivas internacionais e ao mercado financeiro, levando o setor a incorporar “resiliência produtiva e potencialidade econômico-financeira”, sendo “receptivo às inovações, pois seu condutor principal e a garantia de rentabilidade é a produtividade” (Navarro, 2016, p. 34).

Ainda que não deixe de apontar o aprofundamento das desigualdades, o autor incorpora a defesa desse novo modelo agrícola, mais tecnológico e financeirizado, aparentemente irreversível e definitivo. O “novo” aqui também é um elemento politicamente carregado, que apresenta as inovações tecnológicas como expressão de um progresso irreversível, levado adiante pelos grupos sociais considerados como mais capazes.

Navarro (2021) aponta que a transição do agrário para o agrícola e sua fundamentação econômica são também um efeito do enfraquecimento das forças sociais, como movimentos sociais e sindicais que historicamente demandam a distribuição de terras. Novamente, o novo indica como antiquadas as questões agrárias. Ainda que de modo não elogioso, o autor sinaliza para a

inevitabilidade da transição, apontando que o espaço social que caracteriza o agrário “provavelmente está definindo e fadado a desaparecer em algum tempo”, resultando em “imensas manchas vazias de vida e interação humanas, não obstante mantidas como pujantes regiões de produção de mercadorias agrícolas ou pecuárias” e poucas porções territoriais mostrando “alguma resiliência social, como subpartes dos três estados sulistas, às quais se juntarão outras esparsas regiões, aqui e acolá, nas quais famílias rurais persistirão” (Navarro, 2021, p. 148). Nessa concepção, também a redefinição do rural como espaço produtivo e econômico, caracterizado pelo autor como a transição para o *agrícola*, é vista em tom fatalista: “o País está condenado ao sucesso, tornando-se o maior produtor de alimentos do mundo” (Navarro, 2021, p. 148).

Nessa análise, são indicadas a força dos “produtores inovadores, responsáveis pela produção em larga escala da quase totalidade dos produtos agrícolas e pecuários destinados ao mercado interno e às exportações” e a globalização do ambiente produtivo, “conduzido pela excelência tecnológica, nas mãos de um empresariado rural proativo e moderno”, beneficiando a sociedade com “alimentos saudáveis e baratos, e as cadeias produtivas crescerão, gerando empregos urbanos e mais renda”, ainda que no campo a desigualdade persista (Navarro, 2021, p. 148). Ainda que não possamos entrar na discussão pormenorizada dos elementos apresentados por Navarro (2016, 2021), cumpre indicar o texto de Mitidiero Jr. e Goldfarb (2021), no qual os autores desconstruem os argumentos elogiosos da grande produção agropecuária e seus fundamentos de exportação, expropriação de terras, mecanização, exploração do trabalho, uso de trabalho escravo, altos índices de agrotóxicos e isenções fiscais.

Identificamos os argumentos de Navarro como expressões de uma concepção hegemônica que apreende o agrícola como sinônimo de expansão e desenvolvimento econômico, uma transformação positivada e irrefreável estabelecida pelo agronegócio e seu discurso dominante. Contudo, para além de uma crítica centrada na defesa de modelos alternativos de produção, queremos apontar como o racial opera enquanto categoria articuladora do discurso.

O ponto central na definição desse Brasil agrícola é a identificação de produtores da região Sul e Sudeste como cada vez mais integrados aos mercados e capazes de assumir modelos de produção com maior competitividade, bem como uma nova espacialização da produção tecnológica, produtiva e financeirizada no Centro-Oeste e em expansão para o Norte. Outras observações, como a de Abramovay (2007) e Wanderley (2009), apontam para a passagem (des)contínua entre um campesinato moldado pela autogestão socioeconômica para agricultores familiares, antenados com o mercado, competitivos e com padrões tecnológicos significativos enquanto produtores rurais.

Sem cor especificada, o modelo produtivo do camponês-agricultor integrado aos mercados é, invariavelmente, o sulino (Sousa; Machado, 2024). Identificado como moderno, competitivo, dotado de racionalidade econômica, com capacidade de avaliar as culturas mais rentáveis a serem produzidas

e de administrar sua propriedade, frequentemente são feitas menções, diretas ou indiretas, a modelos de produção familiar que remetem a um camponês de tipo europeu como o futuro da produção familiar nacional (Sousa; Machado, 2024; Brito, 2025). A argumentação leva em consideração o “sucesso” tecnológico e possíveis formas de acesso a crédito bancário, em comparação a formas de uso da terra vistas como arcaicas e fadadas ao desaparecimento. Essa avaliação fatalista faz parte de diagnósticos realizados pela ONU desde os anos 1950 (Escobar, 2007) e está presente em relatórios da FAO/INCRA que, desde os anos 1990, servem para o estabelecimento de diretrizes para acesso a insumos, empréstimos bancários e políticas de acesso à terra (FAO/INCRA, 1994).

Os critérios elencados não são propriamente uma novidade, pois reverberam discussões e políticas públicas da ditadura empresarial-militar (1964-1985) para a criação de uma classe média rural (Brito, 2025), observando-se desde os anos 1950 a atuação de entidades patronais para reduzir o agrário ao agrícola (Medeiros, 2021). Ao longo desse período, as políticas de colonização oficial e de modernização produtiva se basearam na compreensão do complexo tecno-empresarial-militar sobre um campesinato amorfo a ser moldado por assistências técnicas, financeiras, educativas, sanitárias e habitacionais (Brito, 2025). Dentre essas políticas, a de colonização recebeu os principais esforços de viabilização, tanto em áreas próximas às grandes cidades e centros de abastecimento quanto nos momentos de expansão e tentativas de integração econômica e política de novos territórios no processo de expansão da fronteira. Em Brito (2025), apontamos para a presença oculta do verbo *colonizar* no modelo oficial de resolução da questão agrária nacional, orientando um conjunto de práticas de intervenção e modos de interpretação voltados para o controle de populações potencialmente insubmissas e seus territórios. Nesse processo, a política de colonização do imediato pós-golpe reverberava práticas e saberes coloniais de desqualificação das formas de produção e organização social, política e produtiva de populações rurais, frequentemente reprimidas e controladas para que atingissem o modelo da classe média rural integrada aos mercados de produção, terra e consumo. Esta classe média rural, cujo ideal ecoa os modelos do farmer norte-americano e do colono sulista, era vista como capaz de administrar sua propriedade e produção de forma racional, bem como de gerir seus capitais e trabalhadores.

Conforme indicado, o que se apresenta como modelo de produção e subjetividade a ser seguido e conformado é o do colono sulista. Oriundo de diferentes processos de colonização e migração interna, sua experiência é mistificada e interpretada como aquela que melhor encarna a diligência e dedicação ao trabalho e ao regime de ampliação da produção e da produtividade. Conforme Seyferth (2002), Penna (2022) e Girardi (2022), as clivagens raciais têm sido inerentes à construção de um agricultor modelo, integrado aos mercados e agente racional, e sua diferenciação daqueles que devem ser transformados, superados ou descartados pelas ações conjuntas do Estado e de agentes técnicos, empresariais e militares. Tanto na construção de muitas políticas públicas quanto

em análises científicas estão presentes esquemas que selecionam positivamente sujeitos brancos em detrimento de populações enegrecidas, vistas como sinônimo de atraso e indignidade.

Analisando os dados estatísticos do Censo Agropecuário de 2017, Girardi (2022) sinaliza para a persistência de um racismo sistêmico que bloqueia o acesso da população negra à terra e aos meios adequados de explorá-la, observando a indissociabilidade entre questão agrária e questão racial. Girardi (2022) e Penna (2022) são categóricos ao sinalizar para as formas contínuas de bloqueio do acesso à terra na história do Brasil, apontando a longa duração da colonização e da escravidão, a Lei de Terras de 1850 e a ausência de mecanismos de compensação pós-escravidão. Em meio ao processo de transição da força de trabalho escravizada para a força de trabalho livre, os autores sinalizam processos de seletividade. Populações consideradas brancas foram escolhidas para substituir as populações escravizadas e indígenas. Estas continuaram a ser expulsas, consolidando a característica migrante e desenraizada do campesinato nacional. Seyferth (2002) também sinalizou para os critérios de racialização envolvidos na transição do trabalho escravizado e livre, indicando no processo de seleção de imigrantes critérios que vinculam a noção de raça à de capacidade de trabalho e obediência.

Os dados mais recentes analisados por Penna (2022) e Girardi (2022) indicam a persistência do Brasil agrário e racializado, entendendo a manutenção do padrão de monopólio e controle fundiário associados à população branca, sobretudo quando se observa a espacialização regional. Girardi (2022) e Gomes (2015) sinalizam que a chamada “agricultura familiar” ou camponesa é majoritariamente negra, porém apresenta os piores índices de tamanho de área, precariedade da relação com a terra e condições de trabalho, baixo acesso a formas de assistência pública, educação formal e qualidade de vida, ao passo que a “agricultura capitalista” é majoritariamente dominada pelos brancos e marcada pelo acesso às políticas públicas anteriormente indicadas.

É necessário, contudo, questionar os qualificativos de “familiar” e “capitalista” elencados por Girardi (2022), observando uma frequente sobreposição entre ambos, de modo a não desconsiderar a crescente preocupação com a integração aos mercados e o acesso às políticas públicas de financiamento e produção condicionadas a essa mesma integração. Desse modo, Penna (2022) sinaliza um processo de seletividade estrutural e racial que permeia o Estado brasileiro, observando que na base da expropriação e concentração de terras no Brasil está a racialização que hierarquiza grupos a partir da ideologia da branquidade, desconsiderando as populações não brancas enquanto titulares de cidadania e direitos. A desqualificação de populações como quase humanas ou objetificáveis serve sistematicamente como justificativa para invasão e expropriação de territórios.

O que se oculta da redução de terra e trabalho a fatores produtivos e recursos é a compreensão do desenvolvimento enquanto um processo de dominação calcado na expropriação e dilapidação de territórios e populações. No cerne do processo de colonização e de aprofundamento das formas de acumulação e desenvolvimento capitalistas estão formas materiais e simbólicas de exploração e

dilapidação de territórios e populações que devem se tornar passíveis de extração, despossessão e controle branco (Yussof, 2018). Conforme apontou Robinson (2023), a desqualificação racial tem sido historicamente mobilizada para descaracterizar e desqualificar populações passíveis de deslocamento forçado. Elaborando diferenciações raciais, processos de dominação têm erigido determinadas populações como alvos legítimos de expropriação de seus territórios e modos de organização social e produtiva, transformando-as também em “mão de obra”, qualificativo que reduz suas existências à exploração de sua força de trabalho. O autor identificou esse princípio enquanto um elemento anterior e fundante do capitalismo, indicando a categoria de capitalismo racial como cerne das discussões sobre o modo de produção em questão.

Nossa discussão aponta para a riqueza desse enquadramento analítico, indicando os processos de construção de hierarquias raciais como concomitantes às expropriações de terra, deslocamento forçado e subordinação das formas de trabalho e reprodução coletiva. Entendidas de forma relacional, as categorias racializadas operam selecionando os sujeitos objetificáveis e subalternizados e os sujeitos sociais aptos e merecedores de fixação na terra. Penna (2022) aponta que as seletividades estrutural e racial se interpenetram na associação entre terra e meio de produção, em detrimento da concepção de território, marcado pelo pertencimento coletivo e uso comum: “no que concerne à disputa dos critérios de legitimidade para o acesso à terra, o significado hegemônico associado a ela é o de meio para produção de mercadorias (notadamente *commodities* agrícolas). E o parâmetro para a ocupação legítima é a produtividade” (Penna, 2022, p. 17).

Deslegitimar a concepção de terra como território se torna um mecanismo para pleitear o acesso e a expropriação de terras de populações não brancas. Em nome do desenvolvimento justificam-se a opção pelo projeto hegemônico de acumulação capitalista e a inação frente às violências sofridas por pessoas não brancas.

## SABERES E PRÁTICAS DE COLONIALISMO INTERNO

Populações negras e não brancas podem ser consideradas como vivendo sob condições de colonialismo interno no Brasil (González Casanova, 2007; Cusicanqui, 2021), dada sua baixa autonomia frente ao conjunto de Governos Federal, Estaduais e Municipais e grandes proprietários de terra, empresários e conglomerados do agronegócio, da mineração ou de setores energéticos. Sua situação de minoria nacional e a constante seletividade racial positiva de grupos brancos apontam para formas de incentivo ao uso e à apropriação de terras por meio do acesso a títulos, créditos e insumos, bem como melhores condições de vida de maneira geral, refletidas em índices relativos à saúde, segurança, escolaridade e emprego.

Elaborado no início dos anos 1960, o conceito de colonialismo interno de González Casanova

(2007, 2015 [1969]) está atravessado pelos debates políticos comunistas e antirracistas da Terceira Internacional (Bringel; Leone, 2021). Em meio às discussões e lutas anticoloniais do início do século XX, o colonialismo foi questionado enquanto fenômeno que se realiza apenas a partir de uma potência exterior, apontando-se para as formas de apropriação da terra, expropriação dos recursos, exploração do trabalho, submissão de populações, sobretudo com divisões étnico-raciais, e domínio sobre uma unidade política a partir da conformação de Estados-nacionais independentes em antigas colônias. Nos anos 1960, o termo se prolifera com os debates e a constituição de uma gramática comum sobre o Terceiro Mundo. Seu uso e ampliação estão associados a movimentos sociais e políticos concretos, observando-se relações coloniais e lutas por libertação em países como Estados Unidos da América, África do Sul, Israel, Espanha, Irlanda, Tailândia, Paquistão, Groenlândia, Canadá e territórios da antiga União Soviética (Blauner, 1972; González Casanova, 2007; Bringel; Leoni, 2021). Essas análises indicam o colonialismo como fenômeno internacional e intranacional que realça a heterogeneidade cultural e estrutural que se reproduz de forma hierárquica, com etnicidades subalternizadas, mas que também sinaliza para as formas de resistência.

O conceito de colonialismo interno, tal como apresentado por Robert Blauner (1972), González Casanova (2007) e Cusicanqui (2010, 2021), permite compreender a persistência de práticas, saberes e estruturas coloniais de dominação em países com independência política e governos republicanos, indicando como grupos brancos continuam exercendo e dominando situações de exploração mesmo quando há garantias formais de igualdade e justiça. Dentre os fundamentos da situação de colonialismo interno está a hierarquização racial das populações, configurando e servindo de justificativa para a desqualificação de práticas e saberes, expropriação de territórios e recursos, imposição e desvalorização culturais, extermínio físico e simbólico e reprodução de condições de exploração do trabalho.

Analisando a situação de afro-americanos nos Estados Unidos, Blauner (1972) identificou como grupos minoritários racializados sofrem exploração, segregação e dominação cultural dentro do próprio Estado-nação, observando a semelhança com a relação de colonialismo entre metrópole e colônia. Sua inspiração parte da luta do movimento negro dos Estados Unidos e de outras minorias raciais, apontando formas contemporâneas de discriminação étnico-racial.

Em González Casanova (2007, 2015), a colônia é compreendida enquanto território dependente de um “império”, de tal modo que é preciso identificar as motivações econômicas, militares, políticas e culturais que se interligam no modo de dominação. O conceito permite apreender como, em diferentes contextos nacionais, é possível identificar a reatualização de modos de dominação coloniais. Mesmo após os processos de independência política e transformações sociais significativas, tais como a reforma agrária, a industrialização, a urbanização, a alfabetização e a mobilidade estrutural, formas internas de colonialismo continuam a persistir. Trata-se de observar um

*continuum* que esclarece modos de dominação e de resistências seculares, elucidando a expansão das relações capitalistas e as ações do Estado, entendendo seus mecanismos de centralização, expropriação, extermínio e desqualificação de populações racializadas e o surgimento e desenvolvimento de alternativas emergentes, sistêmicas e antissistêmicas.

Cusicanqui (2010, 2021) também tem aprofundado os usos do conceito a partir de casos latino-americanos, identificando a rearticulação de estruturas coloniais de dominação territorial e populacional em novas configurações históricas de consolidação do Estado nacional, observando as múltiplas experiências de conquista que buscam absorver populações nativas não exterminadas, integrando-as ao Estado e constituindo um modo de estratificação que faz da heterogeneidade étnica um fator de desigualdade e exploração.

Essas análises orientam uma interpretação mais profunda do caráter ontoepistemológico das categorias criadas e seu fundamento racial (Ferreira da Silva, 2024). O que significa, desse modo, ser integrado aos mercados, moderno e desenvolvido, racional e economicamente viável? Quais são, por sua vez, os agentes sociais desintegrados, indignos e vistos como incapazes racionalmente de se integrarem aos mercados de terra, trabalho e consumo? Um olhar por dentro dos processos históricos de longa duração, observando as reatualizações das dinâmicas coloniais e de hierarquização racial, implica em apreender as formas de desorganização social, desqualificação, extermínio e expropriação empreendidas contra os povos do campo, das águas e das florestas<sup>4</sup>. A pergunta se volta para entender quais são as vidas afetadas, individuais e em suas coletividades, sem reduzir suas existências às violências sofridas, buscando apreender suas resistências, formas de agenciamento e concepções distintas de uso do trabalho e da terra com as quais constroem suas formas de organização, de elaboração política e de vida a partir da clivagem racial. Desse modo, é fundamental nos interrogarmos sobre como lidar com esquemas constantes de violência sem necessariamente reproduzi-los em nossas análises (Hartman, 2021).

Outra aposta nossa segue as pistas apontadas por Rosa (2018), sobre a necessidade de “desembranquecer” as análises sobre a terra, hegemonicamente calcadas em esquemas eurobrancos. Descolonizar as análises sociológicas também implica em ultrapassar meros esquemas produtivos que dão valor e qualificam populações rurais a partir do que elas realizam na terra, seus atrativos culturais e/ou suas formas de organização diferenciadas, hierarquizando grupos e/ou apontando suas possibilidades de se (des)envolverem. Outro dado importante aponta para como esquemas de

---

<sup>4</sup> O termo é fruto da articulação e organização política de diferentes entidades representativas que, em agosto de 2012, realizaram o Encontro Nacional Unitário de Trabalhadores e trabalhadoras, povos do campo, das águas e das florestas. Como indicado em sua Declaração Final e no Documento Base, o termo “povos do campo, das águas e das florestas” abarca um conjunto de identidades e sujeitos que lutam por reforma agrária, terra e território, apontando-se para trabalhadores/as sem terra, quilombolas, indígenas, extrativistas, pescadores/as artesanais, quebradeiras, comunidades tradicionais, agricultores/as familiares, camponeses/as, trabalhadores/as rurais. Para mais informações, acessar: <https://encontrounitario.wordpress.com/declaracao-do-encontro/>.

subdesenvolvimento necessariamente são raciais (Rodney, 2022) e calcados em um *continuum* racial, sinalizando para as múltiplas vidas da escravidão negra através de esquemas de subemprego, dependência socioeconômica e falta de autonomia (Beckford, 1972) ou para a pós-vida do escravo (Hartman, 2021).

Em diferentes casos históricos é possível apreender experiências de constituição de territórios e formas de organização social, política e produtiva com maior autonomia que foram identificadas como perigosas pelo Estado brasileiro e sua configuração interna. Carvalho (2008) aponta, por exemplo, para a formação e centralização da Guarda Nacional, organizada a partir dos receios das classes proprietárias para combater a organização e ação das chamadas “classes perigosas” do campo e da cidade, abarcando populações escravizadas e livres. O autor identifica ao menos 17 revoltas entre 1831 e 1848<sup>5</sup> que estiveram no centro das decisões das elites políticas locais e burocracias estatais para articularem uma conciliação com grandes proprietários de terra e comerciantes nacionais. A manutenção da ordem contra as revoltas realizadas pela população pobre urbana e rural, e com participação e presença marcante de indígenas e escravizados, resultaria em um aprofundamento do poder centralizado e conservador brasileiro. De modo sucinto, é possível apontar para a formação do território de Canudos como um modelo alternativo de organização social, cultural, produtiva e política de camponeses/as não-brancos e expropriados (Moura, 2000), cujo massacre inaugura a República brasileira, consolidando o Estado e um sentimento de nacionalidade que exclui e elimina essas populações e seus horizontes emancipatórios.

Se voltarmos um pouco mais no tempo, observaremos entre os séculos XVI e XIX as práticas de identificação e destruição de quilombos, entendendo-os enquanto comunidades negras que se orientavam para estabelecer base econômica e estrutura social própria (Gomes, 2015). A persistência das revoltas populares no século XIX também eram temidas pelas possibilidades de aliança com os quilombos, indicando séculos de conflitos reais e potenciais que poderiam desestabilizar a ordem colonial, não só pelo potencial militar, mas também pela capacidade de desenvolvimento de estruturas sociais de organização que tinham ampla capacidade de articulação com as lógicas econômicas das regiões onde se estabeleciam, produzindo alimentos, fornecendo produtos e indicando alternativas viáveis de organização do modo de vida fora dos controles escravista e patronal (Gomes, 2015; Moura, 2020). As ações dos poderes locais e do Estado sinalizam para inúmeras expedições de extermínio dos quilombos e reescravização de suas populações, movimentos nos quais o território era também desbravado e conquistado em frentes de ocupação e colonização. Do ponto de vista colonial, buscou-se evitar a formação de novos centros de organização e autonomia, ao mesmo tempo em que

---

<sup>5</sup> Segundo levantamento de Carvalho (2008, pp. 250-256), são elas: Seis rebeliões, Setembrizada, Novembrada, Abrilada, Pinto Madeira, Cabanos, Crise Federalista, Sedição de Ouro Preto, Carneirada, Revolta dos Malês, Cabanagem, Farroupilha, Sabinada, Balaiada, Revolução Liberal (em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais) e Praieira.

eram estabelecidas ações para encontrar novos recursos materiais, indicando as imbricações e reatualizações da acumulação primitiva em situações de colonialismo interno.

O mesmo Estado em formação também orientou ações de conversão, guerras justas e de pacificação de populações indígenas (Oliveira, 2016) e técnicas de controle, gestão e tutela pelas quais se buscou delimitar as formas de organização social e territorial e expressão cultural de populações indígenas, buscando transformá-las em mão de obra, sobretudo rural, a ser utilizada em grandes propriedades de terra, estabelecidas em territórios indígenas (Souza Lima, 1996). O processo de subalternização de populações indígenas, negras e pardas seguiu, de forma violenta, interesses econômicos dominantes de apropriação da terra e obtenção de mão de obra, avançando por meio de práticas sistemáticas de genocídio, despossessão, desqualificação cultural e política e exploração.

Somados esses casos, brevemente identificados, com os já analisados anteriormente, observa-se o desenvolvimento e aprofundamento de um saber e uma prática coloniais de conquista, controle e civilização marcados por clivagens raciais que desqualificaram populações insubmissas e seus modos de produção, organização e existência. Os casos identificados nesse tópico e seus autores/as nem sempre são identificados como referências no interior dos estudos agrários. Contudo, são elucidativos ao identificarem conflitos e modos de existência articulados em torno da raça e da existência na terra. O saber e as práticas de controle aqui sinalizados indicam uma tradição autocrática de intervenção que se fundamenta na seletividade racial, sinalizando as populações que serão alvo de processos de expulsão, deslocamento forçado, expropriação, exploração e extermínio, e aquelas que terão seus corpos reconhecidos como imagem e semelhança do progresso e da racionalidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS: REFORMULAR A QUESTÃO

Gostaríamos de reforçar a importância da incorporação da discussão proposta, enquanto um lastro para as futuras pesquisas, tendo em vista as lacunas e possibilidades que a questão racial apresenta para os debates sobre ruralidades no Brasil. Assim, voltamo-nos para a necessidade de reformular a *questão agrária*, incorporando as demandas de atores em movimento e levantando a hipótese de apreender relações na e com a terra de forma mais ampla, enquanto paisagens, territórios, comunidades e expectativas coletivas necessariamente racializadas, e não enquanto sujeitos opacos e sem cor, como normalmente têm sido retratados.

Além de conceito analítico, a questão agrária é também uma palavra política tensionada e disputada em suas formas de interpretação pelos diferentes grupos sociais que trazem consigo suas percepções, agenciamentos e formas de intervenção, soluções técnicas e políticas. Estas, por sua vez, têm retroalimentado formas de capitalismo racial que depreciam continuamente vidas enegrecidas e suas agências criativas, como apontado anteriormente. A fim de elaborar uma análise compreensiva

dos atores/as em disputa, a ampliação do conceito de questão agrária permite ir além da apreensão de processos e estruturas vinculadas ao avanço do modo de produção capitalista e/ou de compreensões de momentos de transição. Apreender a questão agrária enquanto constituição de um problema público (Cefaï, 2001) nos orienta a entender quem são e como se constituem os atores coletivos que elaboram os modelos interpretativos e de intervenção oficial e alternativo da questão agrária, de tal modo a nos permitir captar divergências e propostas de ampliação da questão (Brito, 2025). Trazer a dimensão racial, aqui, é mais do que incorporá-la ao conjunto de reivindicações no interior da questão agrária, mas reformulá-la na medida em que requalifica os termos clássicos, tais como capital, terra e trabalho.

Talvez o esforço consista em descanonizar a história brasileira, chamando a atenção para um conjunto de práticas, desde as revoltas populares até práticas cotidianas e modos de vida que constantemente se insubordinam contra as violências raciais e coloniais, observando-as ao longo de nossa colonização e nos períodos mais recentes. Tal caminho nos possibilita enxergar melhor o que tem sido tratado como “nativista”, “regional”, “local” e/ou “tradicional”, nos fazendo perceber formas de resistência e geografias sociais que têm (re)inventado formas de vida em meio ao terror racial naturalizado na cotidianidade da morte negra. É necessário enfrentar a violência da *plantation* desde as geografias sociais negras (McKittrick, 2011). Tal violência tem assumido novas configurações contemporâneas e é fundamental encará-la, já que ela pouco se interessa por espacialidades específicas, visto que encontra na antinegitude a razão do mundo contemporâneo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*. São Paulo: EDUSP, 2007.

AKRAM-LODHI, A. H.; KAY, C. Surveying the agrarian question (part 1): unearthing foundations, exploring diversity. *The Journal of Peasant Studies*, vol. 37, nº 1, pp. 177-202, 2010a.

\_\_\_\_\_. Surveying the agrarian question (part 2): current debates and beyond. *The Journal of Peasant Studies*, vol. 37, nº 2, pp. 255-284, 2010b.

BECKFORD, G. *Persistent Poverty: underdevelopment in Plantation Economies of the Third World*. New York, Oxford University Press, 1972.

BLAUNER, Robert. *Racial Oppression in America*. New York: Harper & Row, 1972.

BRINGEL, B.; LEONE, M. La construcción intelectual del concepto de colonialismo interno en América Latina: diálogos entre Cardoso de Oliveira, González Casanova y Stavenhagen (1959-1965). *Mana*, 27 (2), pp. 1-36, 2021.

Brito, R. B. A formação da classe média rural: a política de colonização da ditadura empresarial-militar”. *Dados Revista de Ciências Sociais*, v. 68, n. 1, pp. 1-36, 2025.

CARVALHO, J. M. de. *A construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CEFAÏ, D. Les cadres de l'action collective. Définitions et problèmes. In: CEFAÏ, D.; TROM, D. (Ed.). *Les formes de l'action collective. Mobilisations dans des arènes publiques*. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2001.

CUSICANQUI, S. R. *Violencias (re)encubiertas en Bolivia*. La Paz: La Mirada Salvaje, Editorial Piedra Rota, 2010.

\_\_\_\_\_. *Ch'ixinakax utxiwa: uma reflexão sobre práticas e discursos descolonizadores*. São Paulo: n-1 edições, 2021.

ESCOBAR, A. *La invención del Tercer Mundo. Construcción y desconstrucción del desarrollo*. Caracas: Fundación Editorial el perro y la rana, 2007.

FAO/INCRA. *Diretrizes de política agrária e desenvolvimento*. Brasília, versão resumida do relatório final do projeto UTF/BRA/036, 1994. 24p.

FERREIRA DA SILVA, D. *A dívida impagável: uma crítica feminista, racial e anticolonial do capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2024.

GOMES, F. dos S. *Mocambos e Quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil*. São Paulo: Ed. Claro Enigma, 2015.

GONZÁLEZ CASANOVA, P. Colonialismo interno (uma redefinição). In: BORON, A. A.; AMADEO, J.; GONZÁLEZ, S. (Orgs.). *A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas*. Buenos Aires: Clacso, 2007 (pp. 431-458).

\_\_\_\_\_. "El colonialismo interno" [1969]. In: *De la sociología del poder a la sociología de la explotación: pensar América Latina en el siglo XXI*. Antología e apresentação de Marcos Roitman Rosenmann. México: Siglo XXI Editores; Buenos Aires: Clacso, 2015.

HARTMAN, S. *Perder a mãe: uma jornada pela rota atlântica da escravidão*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

LINHARES, M. Y.; SILVA, F. C. T. da. *Terra Prometida. Uma história da Questão Agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

MCKITTRICK, K. On plantations, prisons, and a black sense of place. *Social & Cultural Geography*, 12(8), 2011, p. 947-963.

MEDEIROS, L. S. de. Empresariado rural, modernização da agricultura e violência no meio rural brasileiro. *Revista Latinoamericana de Trabajo y Trabajadores*, 2 (mayo-octubre 2021), pp. 183-214.

MITIDIERO JUNIOR, M. A.; GOLDFARB, Y. O agro não é tech, o agro não é pop e muito menos tudo. *Friedrich Ebert Stiftung Brasil*, setembro de 2021. Disponível em: <<https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/18319-20211027.pdf>>. Acessado em: 05/06/2025.

MOURA, C. *Sociologia política da Guerra Camponesa de Canudos: da destruição do Belo Monte ao aparecimento do MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

\_\_\_\_\_. *Quilombos: resistência ao escravismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

NAVARRO, Z. O mundo rural no novo século (um ensaio de interpretação). In: VIEIRA FILHO, J. E. R.; GASQUES, J. G. (Orgs.). *Agricultura, transformação produtiva e sustentabilidade*. Brasília: Ipea, 2016. (pp. 25-63)

\_\_\_\_\_. O Brasil rural acabou? *Revista de Política Agrícola*, v. 30, n. 1, 2021, pp. 142-148.

OLIVEIRA, J. P. de. *O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2016.

PENNA, C. O agro é branco? Seletividade racial e política fundiária no Brasil. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 30 (2), 2022, pp. 1-25.

ROSA, M. C. “Descolonizando a terra, desembrancando a sociologia: questões a partir da África do Sul contemporânea”. In: BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSGOUEL, R. (Orgs.). *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

ROBINSON, C. J. *Marxismo negro. A criação da tradição radical negra*. São Paulo: Perspectiva, 2023.

RODNEY, W. *Como a Europa subdesenvolveu a África*. São Paulo: Boitempo, 2022.

SEYFERTH, G. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. *Revista USP*, n. 53, março/maio, pp. 117-149, 2002.

SOUSA, I. T. S.; MACHADO, D. C. M. Antinegitude e ruralidades: uma análise da construção da categoria “agricultura familiar” no Brasil. *Revista Ruris*, v. 16, n. 1, pp. 6–35, 2024.

SOUZA LIMA, A. C. de. *Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1995.

YUSOFF, K. *A billion black anthropocenes or none*. Minneapolis, EUA: The University of Minnesota Press, 2018.

WANDERLEY, M. de N. B. *O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WATTS, M. The agrarian question. In: AKRAM-LODHI, A. H.; DIETZ, K.; ENGELS, B.; McKAY, B. M. *Handbook of Critical Agrarian Studies*. Cheltenham, UK; Northampton, USA: Edward Elgar Publishing, 2021. (pp. 53-66).